



**RELATÓRIO E CONTAS**  
**ORDEM DOS ARQUITECTOS EXERCÍCIO DE 2023**

# **RELATÓRIO CONTAS 2023**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**Ordem dos Arquitectos**

**EXERCÍCIO 2023**

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



## RELATÓRIO DE GESTÃO

*Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023*

### 1. INTRODUÇÃO

*No cumprimento da alínea g) do artigo 21º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, cumpre ao Conselho Diretivo Nacional apresentar o Relatório e Contas relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023, que compreende Relatório de Gestão, Demonstração de Resultados, Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, Fluxos de Caixa e respetivo Anexo.*

*O presente Relatório de Gestão pretende apresentar a evolução da atividade operacional da Ordem, o desempenho, riscos e incertezas do exercício, abordando os aspetos relevantes, financeiros ou de desempenho não financeiro.*

*Além das explicações adicionais aos montantes inscritos nas contas do exercício, é objetivo do documento a descrição de uma forma clara e sucinta da evolução das diferentes atividades da Ordem, referenciando condições do mercado, os investimentos, gastos e receitas.*

*De forma contínua, têm vindo as atuais direções a procurar tornar a informação mais acessível para os técnicos, mas sobretudo para os não técnicos, em particular para os membros da Ordem dos Arquitectos. Procura-se uma leitura transversal das contas da OA, identificando pontos sensíveis, com vista a um documento orientador das correções que venham eventualmente a ser necessárias.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



## 2. ENQUADRAMENTO

*A Ordem dos Arquitectos (OA) é a associação pública representativa de todos os que exercem a profissão de arquiteto, em conformidade com o seu Estatuto, definido na Lei nº 113/2015 de 28 de agosto, prosseguindo as atribuições de interesse público que lhe são cometidas.*

*A Ordem é uma pessoa coletiva sujeita a um regime de direito público no desempenho das suas tarefas públicas. A Ordem tem personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e compreende os órgãos nacionais e regionais.*

*São órgãos nacionais:*

- Congresso*
- Assembleia Geral*
- Assembleia de Delegados*
- Conselho Diretivo Nacional*
- Conselho de Disciplina Nacional*
- Conselho Fiscal*

*São órgãos regionais:*

- As Assembleias Regionais Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores*
- Os Conselhos Diretivos Regionais Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores*
- Os Conselhos de Disciplina Regionais Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores*

*A Ordem tem por fim assegurar a salvaguarda do interesse constitucional por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Relativamente a este relatório são atribuições da Ordem as estabelecidas no artigo 5º da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro (atualmente alteradas pelo artigo 3º da Lei 12/2024).*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



## I. DESEMPENHO DAS ATRIBUIÇÕES DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

### 3. A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DESEMPENHO DAS ATRIBUIÇÕES DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

#### 3.1. Conselho Diretivo Nacional

*O presente Relatório refere-se em exclusivo ao exercício de 2023, ano de transição de mandato marcado por um ato eleitoral para a eleição dos órgãos sociais nacionais e regionais da Ordem dos Arquitectos para o mandato 2023/2026, que decorreu no dia 21 de setembro de 2023, com as respetivas tomadas de posse realizadas a 11 de outubro de 2023 para os órgãos nacionais e para os órgãos regionais, de Lisboa e Vale do Tejo a 13 de outubro, do Centro a 14 de outubro, do Alentejo a 16 de outubro, do Norte a 17 de outubro, da Madeira a 18 de outubro, dos Açores a 19 de outubro e do Algarve a 25 de outubro.*

*O presente relatório representa, também e inevitavelmente, uma síntese de ações desenvolvidas pelos nossos antecessores, mandato 2020/2022, realizadas até 10 de outubro de 2023. Não obstante, desde o dia 11 de outubro de 2023, data da tomada de posse para o mandato 2023-2026, a Ordem dos Arquitectos procurou reunir esforços e em conjunto com todos os órgãos assegurou a continuidade dos processos e atividades em curso procurando, em simultâneo intensificar a atividade no último trimestre de 2023.*

*Assim, podemos sistematizar o trabalho da Ordem dos Arquitectos em quatro blocos durante os quais, muito trabalho foi refletido e realizado. Para lá dos serviços de continuidade (Apoio à prática, Encomenda, Formação, Representação, etc...) sublinhamos o período de janeiro a Abril marcado pelo XVI Congresso realizado nos Açores, depois de abril a julho assinalamos o debate sobre as alterações estatutárias (que se prolongou até ao final do ano) e a presença na UIA 2023, de Julho a Setembro foi realizado o processo eleitoral e finalmente de outubro a dezembro com um início de mandato marcado por uma intensa atividade no que diz respeito à articulação com entidades públicas, iniciativas promotoras da prática profissional e intervenção pública (processos legislativos, grandes obras públicas, políticas de habitação, etc...).*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Concomitantemente, iniciou-se nesta segunda metade do ano uma maior aproximação aos nossos membros, num ciclo de retoma pós-covid e que permitiu uma nova perspetiva no trabalho conducente à construção de Plano de Atividades para 2024, sendo, simultaneamente, uma matriz, que servirá de guia para o mandato.*

*No Conselho Diretivo Nacional (CDN), são bastantes os temas que nos levaram a refletir, mas acima de tudo, são muitas as matérias de ação. Por essa razão, sabemos que é fundamental que os membros, enquanto beneficiários diretos da organização, possam acompanhar com detalhe a nossa atividade. Este Relatório pretende reforçar o equilíbrio existente na passagem de pasta dos nossos antecessores, como também, fortalecer a visão e o compromisso dos mandatados para este triénio, transmitindo, através do inevitável balanço e avaliação, confiança, responsabilidade, audácia e coragem a todos os quantos estão envolvidos nesta missão.*

*Neste sentido, e necessariamente de forma muito resumida, apresentamos as principais ações concretizadas pelas equipas e eleitos da Ordem dos Arquitectos do anterior e do atual mandato:*

### ***Instrumentos de Gestão***

*Os instrumentos de gestão para 2023 assentaram no Protocolo de Repartição de Quotização de 2022 que defende e reforça a descentralização e a presença efetiva da Ordem dos Arquitectos no território, num modelo assente na sustentabilidade e equilíbrio financeiro da instituição, na otimização e gestão dos Recursos Humanos e Técnicos, com vista à prestação de serviços de qualidade a que estamos obrigados, na resposta aos membros e à sociedade em geral.*

### ***Relações Institucionais nacionais e internacionais***

*A Ordem dos Arquitectos, no âmbito das suas atribuições, e através do Conselho Diretivo Nacional, mantém uma presença efetiva junto das instituições nacionais e internacionais, consolidando a sua posição como um ator relevante nas decisões que impactam a profissão.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*No Plano internacional, participámos em vários eventos, com destaque para o 28.º Congresso da UIA onde o pavilhão da Ordem dos Arquitectos recebeu mais de 3000 visitantes e puderam conhecer os princípios que traduzem o compromisso assumido pela sustentabilidade aprovados no XVI Congresso dos Arquitectos, nos Açores.*

*Saliente-se ainda o Encontro do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP) e a preparação do próximo Congresso da União Internacional dos Arquitectos (UIA), em Barcelona, mas especialmente para o Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE-ACE), onde não só elegemos membros para a direção, como também, estabeleceram-se contactos no âmbito da implementação de medidas regulatórias praticadas noutros países europeus, para a sua aplicação em Portugal.*

*A nível nacional é de sublinhar o trabalho desenvolvido na incrementação da PEPU – Plataforma Eletrónica dos Procedimentos Urbanísticos.do trabalho desenvolvido no âmbito dos dois grupos de trabalho relativos*

*Assinale-se os protocolos firmados com o Fundo Ambiental, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Associação dos Trabalhadores da Administração Local, a Fundação Instituto Marques da Silva, o Millennium BCP, a MEO, conjunto com a FIMS – FAUP – EAAD-UM – DARQ-UC.*

*A OA pronunciou-se sobre a Proposta de Portaria que procede à alteração da portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e conseguiu que o BIM estivesse previsto na nova Portaria 255/2023, de 7 de agosto.*

*Participação na criação e no lançamento do Código da Construção. Sob a coordenação do IMPIC, a Ordem dos Arquitectos, sempre num trabalho próximo com a Ordem dos Engenheiros, esteve envolvida na formação de quatro dos cinco principais grupos de trabalho deste fundamental documento, a saber: I – Enquadramento e Regime Sancionatório; II – Requisitos Básicos das Obras e Edifícios; IV – Comprovação da Conformidade, Serviços, Autoridades e Especialistas; V – Qualificação – Qualificação Profissional.*

**Protocolo Fundo Ambiental – Formação + Premiação**

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Num Protocolo de Cooperação com o Fundo Ambiental/Ministério do Ambiente e Ação Climática celebrado em abril de 2023, com um financiamento no valor de 100.000€, a Ordem dos Arquitectos deu continuidade à edição de 2022 para a promoção de “Ações de Formação e Prémios na área do Ambiente e da Sustentabilidade. Durante o período em análise decorreu a 4ª edição do Curso de Formação “Da Linha ao Círculo”, dirigido exclusivamente aos arquitetos, no âmbito da capacitação por um melhor desempenho ambiental do território, das cidades e da sociedade, sendo que a 5ª edição será concluída em 2024. Através do “Prémio Sustentabilidade e Investigação 2023”, em duas categorias simultâneas, Obra e Investigação, que distinguiram arquitetos autores de obras e dissertações, teses e artigos que contribuem significativamente para a reflexão, sensibilização e incentivo dos modelos de sustentabilidade e ecoeficiência na arquitetura. O lançamento dos Prémios teve lugar a 5 de maio de 2023, com a publicação dos resultados a 5 de setembro de 2023 e a entrega em cerimónia que decorreu no dia 14 de dezembro de 2023, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos / Museu da Água, em Lisboa, com a presença do Sr. Diretor do Fundo Ambiental.*

*O Fundo Ambiental e a Ordem dos Arquitectos celebraram ainda um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira com vista ao apoio à execução de “Implementação da PNAP – Programa Paisagem e Arquitetura Sustentáveis”, em 28 de junho de 2023, para designadamente “desenvolver e implementar uma estratégia de educação para a arquitetura e a paisagem, em alinhamento com a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental, que envolva escolas, centros educativos dos diversos graus de ensino, incluindo o pré-escolar e instituições culturais”. A execução do Programa inscreve-se no Plano de Ação da PNAP, aprovado pela Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem (CAAP), a qual é composta Direção-Geral do Território (DGT), que preside, pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), pela Ordem dos Arquitectos (OA) e pela Associação Portuguesa do Arquitectos Paisagistas (APAP). Desenvolvido durante o ano de 2023, tem vindo a ser executado, implementando as atividades previstas, para as quais são desenvolvidos programas e conteúdos e que se prevê a conclusão para junho de 2024.*

### **Novo estatuto da Ordem dos Arquitectos**

*A Ordem dos Arquitectos, através do seu Conselho Diretivo Nacional, participou desde o início nos trabalhos que decorreram por iniciativa do Governo e depois na Assembleia da República para a alteração do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, que se iniciou com a pronúncia sobre o Projeto de Lei nº 974/XIV/3ª,*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, mas também sobre o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais, constante da PL 222/XXIII/2023 e sobre a Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV), que altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais e Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª (GOV), altera a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho".*

*Elaboração de vários documentos na defesa da melhoria do Estatuto da OA, tendo conseguido com isso justificar as razões de veto da Presidência da República e também o relançamento interno da revisão estatutária a apresentar em 2024 ao Parlamento.*

### **16º Congresso da Ordem dos Arquitectos**

*O primeiro realizado fora do território continental, nos Açores, entre os dias 2 e 6 de março 2023, e o primeiro em formato híbrido, sob o tema *Qualidade e Sustentabilidade: Construir o [nosso] futuro, com a participação de 943 arquitetos e não arquitetos, portugueses e estrangeiros, contou com apresentações de 21 convidados – nacionais e internacionais – e 16 recomendações e 25 comunicações de membros da Ordem. Pela primeira vez, integrou-se jovens na preparação do Congresso, criando uma Comissão para a Juventude, mas também a academia, criando uma Comissão para o Ensino da Arquitetura precedendo-se o debate do Congresso discutindo, junto das universidades, em 3 sessões, os temas do Congresso. Foi aprovada a Moção do 16º Congresso dos Arquitectos "Da ambição à ação: pela qualidade, pela sustentabilidade da profissão, da instituição, da arquitetura e da paisagem". As reflexões e conclusões do Congresso nacional foram ainda apresentadas em Copenhaga, no 28.º Congresso da União Internacional de Arquitectos, com Building [our] future – The Azores Declaration.**

### **Observatório da Profissão**

*O inquérito realizado pela Ordem dos Arquitectos para fazer o retrato global da profissão foi estruturado em duas fases – a primeira dirigida a todos os membros e a segunda aos diplomados em arquitetura, realizado com apoio de investigadores do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Católica Portuguesa (CESOP), que pretende conhecer a realidade da profissão de arquiteto em Portugal e da prática da arquitetura para, com base em informação rigorosa, melhor defender a arquitetura, teve início da primeira fase entre 15 de setembro e 30 de outubro de 2022, contou com a participação de 7.649 arquitetos, entre membros efetivos e estagiários da OA, e teve a sua devida apresentação do Relatório Final no 16º Congresso dos Arquitectos, nos Açores.*

*Em junho de 2023 foi lançada a segunda fase do inquérito a profissionais diplomados em Arquitetura que nunca se inscreveram na OA, trabalhem ou não no setor, designadamente nas áreas do ensino, administração pública, curadoria, entre outras, com o objetivo de conhecer o estado da Arquitetura em Portugal e, com recurso a dados concretos, poder definir perspetivas para o futuro.*

### **Novo Portal dos Arquitectos**

*Na sequência de um Concurso Público lançado em 2021 foi desenvolvido o Novo Portal dos Arquitectos, plataforma que dá resposta às exigências legais do Balcão Único, adequado à nova orgânica da instituição e com funcionalidade ampliadas. Este trabalho, pela dimensão, continua em curso e necessita de um impulso de continuidade.*

*No último trimestre de 2023 concretizou-se o procedimento para a implementação da assinatura digital qualificada e do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para que em breve fosse possível autenticar-se e assinar documentos digitais na qualidade das funções de profissional qualificado, ou seja, Arquiteto/a. Esta ação será uma maior valia com a anunciada entrada em vigor do SIMPLEX urbanístico, pois permitirá que a assinatura digital de qualquer documento através do cartão de cidadão assegure a certificação da qualificação dos arquitetos inscritos na OA para o exercício de atos exclusivos e partilhados.*

### **Site único**

*Terminada a fase de Design do Site único, durante o primeiro trimestre de 2023 foi integrado o sistema de single sign-on do Portal dos Arquitectos/Balcão*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Único. O single sign-on permite autenticar as credenciais e alguns dados, tais como a secção a que pertence o arquiteto membro, bem como fazer o controlo de acesso às áreas reservadas do site, garantindo a filtragem de conteúdos por nível de acesso. No final de 2023 foi acelerado o processo de reestruturação e incorporação de conteúdos do Site único pois resistem vários sítios eletrónicos em processo de migração/incorporação no Site/portal da Ordem dos Arquitectos.*

### **NA – Newsletter Arquitectos**

*Implementada em 2023 a “NA” restabeleceu um canal de comunicação direto com os membros de forma agregadora.*

### **Promoção da Arquitetura:**

*Desenvolveu-se uma intensa atividade de promoção da arquitetura, nomeadamente, no que diz respeito à premiação, às atividades de divulgação, conferências, debates e muito particularmente às iniciativas onde somos promotores ou copromotores, nomeadamente:*

### **Dia Mundial da Arquitetura**

*O Dia Mundial da Arquitectura 2023, teve como mote lançado pela UIA para esta comemoração, Architecture for Resilient Communities.*

### **Dia Nacional do Arquiteto**

*O Dia Nacional do Arquiteto 2023, visa celebrar anualmente a função social, a dignidade e o prestígio da profissão em Portugal, evocando a data da publicação do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, a 3 de julho de 1998, assim como a data da revogação do Decreto n.º 73/73, com a publicação da Lei n.º 31/2009, a 3 de julho de 2009. Em 2023 o homenageado foi o arquiteto Alexandre Alves Costa*

### **Comemorações do Centenário do Nascimento do Arquiteto Fernando Távora**

*A 25 de agosto de 2023 assinalou-se os 100 anos do Nascimento do Arquiteto Fernando Távora, nome incontornável da arquitetura nacional e internacional. A*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Ordem dos Arquitectos, a Fundação Marques da Silva, a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Coimbra, enquanto instituições que têm, na sua génese ou história, fortes ligações ao percurso do Arquitecto Fernando Távora, associaram-se com o objetivo de construir um programa integrado de atividades e eventos, para celebrar dignamente a sua memória. Este programa, que decorreu durante o ano de 2023, com início em agosto prolonga-se até 2024.*

### **2º Encontro Nacional dos Arquitectos a exercer na Função Pública**

*O 2º Encontro Nacional dos Arquitectos na Administração Pública, realizado na sede nacional da OA no dia 30 de outubro de 2023 contou com uma participação muito significativa e com intervenções de enorme valor, o que demonstrou quer a sua pertinência, quer a constatação clara da importância da ação dos arquitectos no contexto da Administração, realidade que queremos continuar e aprofundar, tendo em dezembro de 2023 sido apresentada a realização do 3º Encontro dos Arquitectos na Administração Pública, descentralizado, pelo território nas áreas abrangidas pelas sete secções regionais.*

### **Premiação**

*No âmbito da premiação foram criados dois prémios: "Prémio Manuel Graça Dias, dst – Ordem dos Arquitectos, Primeira Obra" e o "Prémio Sustentabilidade e Investigação 2023 – nas vertentes Obra e Dissertação" –, apoiámos as estruturas da Ordem na criação de novos Prémios, como o Prémio Colégio do Património Arquitectónico da Ordem dos Arquitectos. A OA participou e promoveu os prémios que o setor e as instituições desenvolvem na promoção da qualidade da Arquitectura, nomeadamente, o Prémio Secil de Arquitectura e o Prémio Secil Universidades Arquitectura, o Prémio Nacional de Arquitectura em Madeira, o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, o Prémio Nacional da Paisagem, o Prémio Mies van der Rohe, os Prémios "New European Bauhaus" e "New European Bauhaus–Rising Stars", o Prémio Ibérico de Investigação de Arquitectura Tradicional, o Prémio Saint-Gobain, os Prémios FORMA – Prémio Nacional de Arquitectura em Portugal, o Prémio Pladur, o Prémio Excelência BIM, o Prémio Nacional de Arquitectura, Urbanismo e Arquitectura Paisagista–Archiprix Portugal, o Prémio Nacional de Sustentabilidade – categoria de Bem Estar e*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Cidades Sustentáveis, o Prémio Tektónica Espaço Inovação, o Prémio Nuno Teotónio Pereira, os Prémios Novoperfil – Janelas Eficientes e o Prémio Sustentabilidade no Ambiente Construído.*

### **3.2. Outros órgãos**

#### **Assembleia Geral**

*A Assembleia Geral reuniu duas vezes, em plenário para aprovação da Moção e das conclusões do 16º Congresso dos Arquitectos, no dia 4 de março de 2023 e para o ato eleitoral para o mandato 2023/2026, no dia 21 de setembro de 2023.*

#### **Assembleia de Delegados**

*No período em apreço e no âmbito das suas competências a Assembleia realizou sete reuniões, sendo três descentralizadas nas respetivas secções regionais.*

#### **Conselho de Disciplina Nacional**

*Como órgão que zela pelo cumprimento do Estatuto da OA e pela legalidade da atividade exercida pelos demais órgãos da Ordem, exercendo os poderes em matéria disciplinar e de deontologia, sendo independente no exercício das funções e dispondo de dotação própria no orçamento da Ordem, o Conselho deu cumprimento às suas competências durante o período em apreço.*

#### **Conselho Fiscal**

*No período em apreço o Conselho Fiscal, com o apoio técnico do Revisor Oficial de Contas, exerceu as suas competências na apreciação do Orçamento e Plano de Atividades de 2023 e Orçamento retificativo de 2023 e Relatório e Contas da OA relativo ao exercício de 2022, tendo acompanhado a execução orçamental.*

### **3.3. Outras estruturas**

#### **Provedor da Arquitetura**

*Enquanto entidade independente dos órgãos da Ordem dos Arquitectos o Provedor desenvolveu as atividades no cumprimento do Regulamento próprio que rege o domínio da sua atuação, enquanto garante da defesa dos legítimos direitos dos cidadãos em matéria de Direito à Arquitetura e ao seu exercício.*

#### **Colégios**

*A Ordem dos Arquitectos manteve, conforme disposto no seu Estatuto e regulamentos, três colégios em funcionamento: o Colégio de Arquitetos Urbanistas (CAU), o Colégio de Gestão, Direção e Fiscalização de Obra (COB) e o Colégio de Património Arquitetónico (CPA). As atividades de cada um dos colégios deverão ser consultadas no site da OA.*

*Em 2023 foi constituído um novo Colégio – da Sustentabilidade do Ambiente Construído –, concretizando a vontade expressa na moção aprovada no 16.º Congresso dos Arquitetos, levada a cabo pelo Conselho diretivo Nacional em 29 de junho e confirmada pela Assembleia de Delegados em 15 de julho.*

#### **Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho**

*As **Comissões Técnicas** constituídas por arquitetos e não arquitetos, têm uma função consultiva em áreas que o CDN identificou como fundamentais. As Comissões Técnicas da Habitação, da Sustentabilidade e da Transição Digital, mas também das Acessibilidades e da Segurança Contra Incêndio em Edifícios, desenvolveram pensamento e propostas, sobre a agenda da atualidade, e sobre os temas no âmbito da Arquitetura.*

*Foram constituídos **Grupos de Trabalho**, que integraram membros do CDN, de outros órgãos nacionais e das Secções Regionais, para responder a temáticas específicas no âmbito das competências do CDN, no apoio à Ordem na reflexão, debate, investigação e realização de tarefas ou na elaboração de estudos, em temas específicos de âmbito nacional e de interesse para os arquitetos.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



### *3.4. Órgãos Regionais*

*Os Relatórios de Atividades das Secções Regionais da Ordem dos Arquitectos cumprem o estabelecido nas alíneas b) do art.º 27º e f) do art.º 29º do Estatuto da OA e deverão ser consultados no site da OA.*

## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTAS**

### **4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

*O ano de 2023 é caracterizado por três fatores chave: economia, as guerras e alterações climáticas.*

*Para muitos, a evolução da economia em 2023 foi uma surpresa. A ameaça das elevadas taxas de inflação registadas em 2022 fazia temer o pior. Historicamente, períodos de elevada inflação são seguidos por períodos de recessão, diminuição drástica da atividade económica e subida do desemprego. No entanto, a recuperação das cadeias logísticas, a diminuição da procura por bens de consumo, as políticas financeiras e monetárias adotadas pelos bancos e a estagnação dos salários permitiram abrandar a inflação. O mundo parece ter afastado o cenário de recessão. Para os restantes indicadores, a palavra de ordem foi "abrandamento", a atividade económica abrandou, o crescimento do PIB da maioria dos países abrandou e o mercado de trabalho abrandou.*

*No segundo fator, as guerras, aconteceu o esperado e o inesperado. Como era exetável a guerra na Ucrânia permaneceu o ponto central de grande parte de 2023. O conflito atingiu um novo impasse após a contraofensiva ucraniana ter nutrido poucos ganhos sendo que a Rússia manteve a sua política de bombardeamento indiscriminado. Do lado do inesperado, o mundo assistiu ao reacender de um conflito histórico no médio oriente. A invasão de Israel pelo Hamas despoletou uma contraofensiva na Faixa de Gaza que se materializou numa invasão por parte das forças israelitas e no bombardear incessante do território palestino. Ao contrário da guerra na Ucrânia, em que a resposta pró-Ucrânia foi praticamente total, o conflito no médio oriente gerou ondas de controvérsia que se alastraram um pouco por todo o mundo. Líderes mundiais tomaram posições opostas, foram levantadas questões sobre crimes de guerra de parte a parte e alastraram-se manifestações populares pró-palestinas em vários países. Este conflito armado, que se tornou também num conflito de opiniões, fez aumentar as divisões religiosas em algumas regiões, com relatos de ataques e de um aumento generalizado do sentimento antissemita. No meio da escala destes conflitos é de lembrar que 2023 viu ainda dois golpes de estado militares, um no Níger e outro no Gabão.*

*Por fim, na categoria alterações climáticas, o mundo ardeu, tremeu e também inundou, naquele que foi o ano mais quente desde que há registo. A preocupação com as alterações climáticas aumentou à medida que várias regiões do globo se viram a braços com condições meteorológicas cada vez mais extremas.*

#### **4.1 – A Nível Internacional e Europeu**

*O ano de 2023 trouxe surpresas para grande parte dos economistas. As rápidas subidas das taxas de juro não fizeram cair os mercados financeiros e as taxas de inflação, que continuam significativamente acima do desejado, parecem estar a ser controladas sem despoletar uma recessão. No entanto, esta resiliência inesperada dos mercados não significa que tudo tenha corrido bem.*

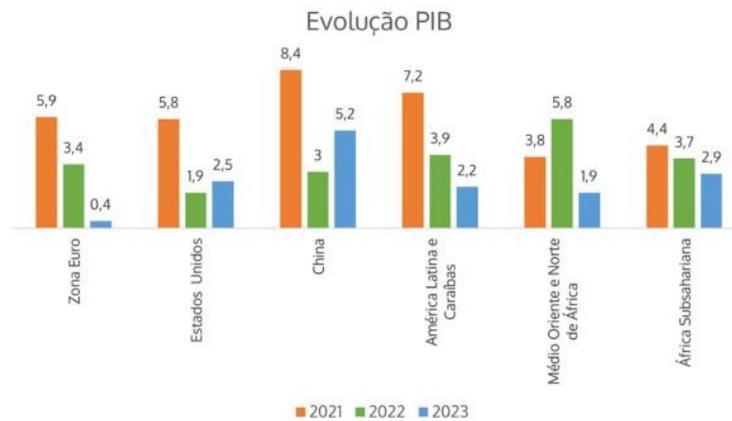
*Embora aparentemente, grande parte do mundo tenha evitado a queda numa nova crise, o crescimento económico abrandou de forma generalizada. Segundo o World Bank o crescimento do PIB mundial tinha sido de 3% em 2022, mas ficou-se pelos 2,6% em 2023. O Fundo Monetário Internacional aponta três grandes culpados para o desacelerar das economias.*

*Em primeiro lugar, o fim da recuperação económica pós-covid. Em 2022 as economias mais baseadas em serviços observaram uma maior retoma que as outras, mas a retoma está praticamente concluída o que fez estabilizar o crescimento em 2023.*

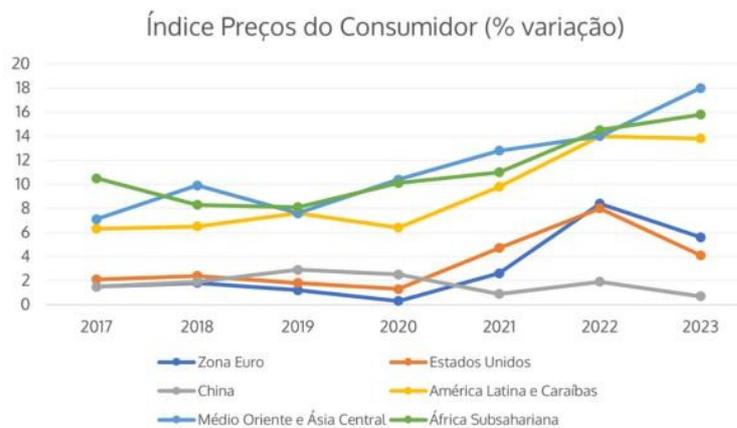
*Em segundo lugar, houve um apertar das condições de disponibilização de crédito fruto de políticas monetárias mais restritas que tinham como objetivo controlar a inflação. Esta rigidez dos mercados financeiros afetou o mercado imobiliário e o investimento, especialmente em países com maior incidência de taxas de juro variáveis.*

*Por fim, com um efeito mais generalizado, a inflação continuou a causar estragos. Os mais afetados foram os países mais dependentes do fornecimento de energia da Rússia e que viram os preços da mesma aumentar.*

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo:



Com exceção da China e dos Estados Unidos, todas as restantes regiões observaram uma queda de crescimento, dando continuidade à tendência iniciada em 2022. A inflação comportou-se de forma semelhante, observando-se uma subida menor do indicador na maioria das regiões.



Como explicação para a desinflação observável no gráfico acima, o FMI e World Bank estão largamente de acordo nas principais causas.

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*A quebra na procura, associada a uma retoma das cadeias logísticas de fornecimento que tinham sido altamente impactadas pelo Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, fizeram cair a pressão sobre o mercado das commodities.*

*O preço dos combustíveis baixou mesmo com a flutuação registada na segunda metade do ano, fruto da instabilidade no médio oriente. A descida deve-se a um aumento das exportações de países não OPEC+ e a uma menor procura, fruto da quebra na produção global.*

*Os salários mantiveram-se constantes, este facto, associado ao fim de muitos dos apoios dados pós-Covid-19, retirou poder de compra às pessoas, ajudando a diminuir a pressão da procura. Adicionalmente, impediu a chamada wage-price spiral, fenómeno em que o aumento dos salários leva a uma maior procura, que por sua vez, leva a um aumento de preços, o que leva a uma maior pressão para aumento de salários, perpetuando um ciclo.*

*Embora, se possa celebrar o aparentemente cenário de soft-landing, os bancos centrais continuam a alertar para o facto de as taxas continuarem bastante acima dos 2% desejáveis.*

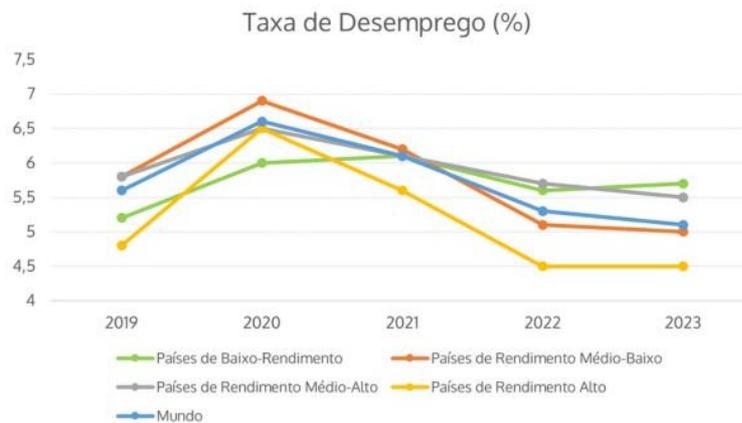
*Por isso mesmo, a política monetária dos principais bancos centrais continuou bastante apertada. Esta política permitiu conter as principais crises do ano no setor bancário nomeadamente quando diversos bancos regionais dos EUA e o Credit Suisse se mostraram problemáticos. No entanto a rigidez financeira, que se materializa num aumento das taxas de juro, começou a contagiar outras áreas da economia.*

*Sem quebrar a tendência de abrandamento dos outros indicadores, também o mercado do trabalho estabilizou. Apenas os países de baixo-rendimento registaram um ligeiro aumento da taxa de desemprego, com os restantes a continuarem a tendência de queda que se vinha a registar desde 2021.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*A Europa acompanhou a tendência global nos principais indicadores económicos e, tal como as restantes regiões do globo, teve como principal desafio as elevadas taxas de inflação.*



*Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2023. Este abrandamento é espelho de uma quebra na atividade industrial, e numa perda de força no crescimento dos serviços.*

*Por outro lado, a inflação também abrandou de forma transversal em todos os setores. Para os bens, a descida dos preços deve-se a uma quebra na procura e à recuperação das cadeias logísticas e de fornecimento. Na área dos serviços,*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*atingiu-se o ponto de reabertura plena o que trouxe mais equilíbrio à relação procura oferta.*

*Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2022 e 2023. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em outubro de 2023, uma descida de 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,6% registados a outubro de 2022. Quanto à União Europeia, a taxa de desemprego terá ficado pelos 6% em outubro de 2023, uma descida 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,1% registados a outubro de 2022.*

*Mesmo que ligeira, a descida da taxa de desemprego demonstra a resiliência do mercado de trabalho face à desaceleração de atividade e crescimentos na Europa. Não obstante, o ano findo viu diminuir o número de vagas disponíveis bem como a procura por mão de obra, especialmente nos setores industriais e de construção. O setor dos serviços, embora continue em expansão, também mostrou sinais de quebra.*

*O consumo privado estagnou, depois de ter aumentado 4,1% em 2021 e 4,3% em 2022, o FMI reporta que o crescimento em 2023 fica pelos 0,7%, resultante da subida do consumo de serviços dado que o consumo de bens perecíveis caiu ao longo do ano. O consumo público também abrandou, para os 0,1%, uma quebra menos acentuada dado que em 2022 o crescimento tinha sido de apenas 1,3% o que já contrastava com os 4,1% de 2021.*

### **4.2 – A Nível Nacional**

*O Banco de Portugal registou um crescimento de 6,8% do PIB português em 2022. Para 2023 os dados indicam um crescimento de 2,1%, uma quebra de 4,7 pontos percentuais. Embora o ano tenha começado forte, o segundo e terceiro trimestres trouxeram um estagnar da atividade económica que se manteve até ao final. Esta quebra está intrinsecamente ligada ao abrandar de atividade dos parceiros económicos de Portugal tendo-se registado uma descida da procura externa. Adicionalmente, a política monetária mais apertada afetou as condições de financiamento das empresas e investidores. Com as quebras*

*sentidas, foi o turismo que sustentou o fraco crescimento português em 2023, bem como os fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).*

*Quanto ao indicador que mais preocupava os especialistas, a inflação, também sofreu uma quebra causada pela normalização da oferta, pela política monetária e pelo abrandar da procura. Desta forma o FMI estima que, após um crescimento de 8,1% em 2022, a inflação tenha sido de apenas 5,3% em 2023. A Comissão Europeia é mais pessimista, apontando uma taxa de inflação de 5,5%. Embora ambas as instituições mencionem uma recuperação da estabilidade nos preços, é de lembrar que as taxas indicadas para 2023 continuam acima dos níveis desejados.*

*Um dos setores para o qual 2023 não foi um bom ano foi o da habitação. Com o elevado preço das casas, uma taxa de inflação a consumir o rendimento das famílias e a política monetária a fazer disparar as taxas de juro, as condições para compra de casa foram-se deteriorando. Segundo dados do INE, no primeiro trimestre de 2023 foram vendidas -20,8% casas do que em igual período de 2022, e no segundo trimestre foram vendidas -22,9% casas face ao período homólogo. A maior quebra aconteceu na venda de casa a compradores com domicílio fiscal em Portugal a quem foram vendidas -2,8% casas do que no primeiro trimestre e -23,8% do que no período homólogo. No que toca a vendas a compradores com domicílio fiscal fora do território nacional, também houve uma quebra nas vendas, mas estes compradores representam agora 7,5% das vendas de casas efetuadas, a maior percentagem desde que o indicador começou a ser oficialmente acompanhado em 2019.*

*Em relação ao mercado de trabalho, em 2023 a taxa de desemprego sofreu um ligeiro aumento. Segundo dados do FMI, a taxa de 6,1% registada em 2022 aumentou para os 6,6%. No entanto, enquanto a taxa de desemprego subia, também a taxa de emprego cresceu.*

*Segundo dados do Banco de Portugal, houve um aumento de 0,8% na taxa de emprego. Este comportamento paralelo dos dois indicadores deve-se a um aumento da população ativa, segundo estatísticas do INE, no final de 2022 a população ativa era composta por cerca de 5.008.600 pessoas, sendo que no*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



terceiro trimestre de 2023 este número tinha subido para cerca de 5.341.600 pessoas. O salário médio deverá ter aumentado 7,5%.

De acordo com a OCDE o consumo privado cresceu 1%, o que contrasta com o crescimento de 6,8% em 2022 e de 5,7% em 2021. A inflação volta a ser a grande culpada por este comportamento. Para além disso, o consumo privado sofreu grandes aumentos em 2021 e 2022 dadas as poupanças acumuladas durante o período de confinamento e fecho da economia causados pelo COVID-19. Em 2023 os especialistas concordam que estas poupanças acumuladas terão sido esgotadas, o que retirou força à procura. No que toca ao consumo público, cresceu 1,1% em 2023, valor próximo dos 1,4% registados em 2022 e consideravelmente abaixo dos 4,5% registados em 2021.

Um dos fatores que mais afetou negativamente o crescimento de Portugal em 2023 foi a quebra das exportações. Depois de um crescimento de 17,4% em 2022, o crescimento ficou pelos 5,3% em 2023. Esta quebra acentuada deve-se principalmente à já mencionada quebra na atividade económica dos principais mercados externos.

A rentabilidade do ativo das empresas foi aumentando ligeiramente na primeira metade do ano face aos 9,2% registados no final de 2022, mas quebrou 0,2 pontos percentuais na entrada do segundo semestre.



Comparando o 3º trimestre de 2023 com o período homólogo, houve aumentos ligeiros na rentabilidade das empresas do setor da industrial, no setor da

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*eletricidade e água e no setor da construção, mas todos os outros setores sofreram quebras. No que toca às empresas públicas a rentabilidade destas fixou-se nos 7,2%.*

*Segundo o governo português, a dívida pública portuguesa no final de 2022 representava 115,9% do PIB. Em 2023 este rácio deverá cair para os 98.7%, representando uma descida de 17,2 pontos percentuais.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



## 5. ATIVIDADE FINANCEIRA (OPERACIONAL) DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

### EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023 foi **negativo** em **310.099,93€** (trezentos e dez mil, noventa e nove euros e noventa e três cêntimos), que compara com um resultado líquido **positivo** em 2022 de **178.164,84€** (cento e setenta e oito mil, cento e sessenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos).

No período de 2023, o valor do resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos (EBITDA) foi **negativo** em 137.225,47€ (cento e trinta e sete mil, duzentos e vinte e cinco euros e quarenta e sete cêntimos), o que representa um decréscimo de 479.751,76€ (quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um euros e setenta e seis cêntimos), face ao ano anterior.

O Balanço referente ao exercício de 2023 evidencia um ativo de 6.966.550,74€ (seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos), e um total de Fundos Patrimoniais de 6.086.627,27€ (seis milhões, oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete euros e vinte e sete cêntimos).

O resultado líquido negativo decorre de um total de Rendimentos de 5.055.574,15€ (cinco milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro euros e quinze cêntimos) e um total da Gastos de 5.362.640,36€ (cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta euros e trinta e seis cêntimos).

No ano de 2023 a Ordem dos Arquitectos optou por não atualizar o valor da quota anual, valor esse que se mantém desde 2004. Em termos estratégicos, e de modo a assegurar o seu equilíbrio financeiro, as receitas estruturais – quotas e taxas – suportaram o regular funcionamento da instituição e o cumprimento das atribuições estatutárias fundamentais. O esforço despendido na captação

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*de receita extraordinária, apesar de bastante inferior ao programado, teve um impacto positivo nas contas da OA.*

*Ao nível financeiro, e no que refere a caixas e depósitos bancários a Ordem diminuiu a sua disponibilidade em 399.962,97€ (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e dois euros e noventa e sete cêntimos), tendo registado 3.504.919,29€ (três milhões, quinhentos e quatro mil, novecentos e dezanove euros e vinte e nove cêntimos) comparativamente aos 3.904.882,26€ (três milhões, novecentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois euros e vinte e seis cêntimos) registados a 31 de Dezembro de 2022.*

*A 31 de dezembro de 2019, a Ordem tinha registado na rubrica de provisões para riscos e encargos o montante de 458.250,0€ (quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta euros), para fazer face a processos judiciais interpostos por terceiros contra a Ordem, relacionados com o não reconhecimento de curso ministrado de Arquitetura. Entretanto, durante o período findo a 31 de dezembro de 2020, com base na informação prestada pelo Advogado da Ordem, as responsabilidades foram reavaliadas, tendo sido reconhecido uma reversão da provisão em 271.250,00€ (duzentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta euros). Em 2022 o Conselho Diretivo Nacional considerou adequado efetuar um ajustamento de 8.000,00€ ficando um montante na rubrica de provisões de 195.000,00€, que se mantém para 2023, para fazer face a eventuais responsabilidades relativos aos processos judiciais ainda pendentes, que devessem estar refletidas nas demonstrações financeiras nesta data.*

*A dívida a fornecedores aumentou 9.627,66€ (nove mil, seiscentos e vinte e sete euros e sessenta e seis cêntimos), de 156.314,94€ (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e catorze euros e noventa e quatro cêntimos) em 2022 para 165.942,60€ (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois euros e sessenta cêntimos) em 2023.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



Os meios libertos nos períodos de 2023 e 2022 apurados resumem-se no seguinte quadro:

	2023	2022
Total de Rendimentos	5 055 574,15 €	4 872 734,60 €
Total de Gastos	5 362 640,36 €	4 691 249,14 €
Imposto Sobre Rendimentos do período	-3 033,72 €	-3 320,62 €
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-310 099,93 €</b>	<b>178 164,84 €</b>
Gastos de depreciação e de amortização	165 184,72 €	159 953,71 €
Imputação de Subsídios para investimento	-105 205,80 €	-105 205,80 €
Perdas/(Reversões) por imparidade	370 409,84 €	-125 976,30 €
Provisões do Período	0,00 €	8 000,00 €
<b>Melos Libertos antes de Investimento p/ativos tangíveis e Intangíveis</b>	<b>120 288,83 €</b>	<b>114 936,45 €</b>
Investimento p/ativos tangíveis e intangíveis	-203 553,67 €	-145 739,59 €
<b>Melos Libertos após de Investimento p/ativos tangíveis e Intangíveis</b>	<b>-83 264,84 €</b>	<b>-30 803,14 €</b>

Os meios libertos são constituídos pelos rendimentos gerados líquidos dos gastos suportados no exercício, expurgados de movimentos que não se traduziram em efluxos de meios financeiros. Os meios libertos após investimentos para ativos tangíveis e intangíveis foram negativos em 83.264,84 € (oitenta e três mil, duzentos e sessenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos).

Este valor demonstra o esforço efetuado em investimento por parte da OA no que se refere a instalar das novas sedes, ao investimento na renovação tecnológica da Ordem, ao investimento no Website Único e no Balcão único/Portal dos Arquitectos e na desmaterialização de procedimentos, bem como na premiação dos recursos humanos.

Este investimento tem sido efetuado através da dotação de uma verba para um Fundo de Reserva, que foi reforçado em 1.452.127,05 €. Durante os anos de 2021, 2022 e 2023 foram já efetuados Investimentos extraordinários cobertos pelo Fundo de Reserva no valor de 674.338,43 €, conforme se detalha:

**CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL**

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



Investimento Extraordinário da OA	Aprovado	Estimativa orçamental (1)	Coberto pelo Fundo reserva (2)	Coberto pela receita corrente (3)	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado Total	Saldo em 31 de dezembro de 2023 do Fundo De Reserva (1)-(2)
Sedes OA - 2021	Orçamento 2021	51 500,00 €	51 500,00 €	31 553,10 €	16 341,49 €	38 974,96 €	27 736,65 €	83 053,10 €	0,00 €
Renovação Tecnológica	Orçamento 2021	373 000,00 €	373 000,00 €	208 243,19 €	155 264,97 €	243 398,25 €	182 579,97 €	581 243,19 €	0,00 €
Balcão Único /Portal Arquitectos	Orçamento 2021	175 000,00 €	175 000,00 €	58 508,74 €	12 300,00 €	42 773,25 €	178 435,49 €	233 508,74 €	0,00 €
Sedes OA - 2022	Orçamento 2022	550 000,00 €	14 700,00 €	-	0,00 €	14 700,00 €	0,00 €	14 700,00 €	535 300,00 €
Premiação de Recursos Humanos	Orçamento 2022	75 000,00 €	60 138,43 €	-	0,00 €	60 138,43 €	0,00 €	60 138,43 €	14 861,57 €
Sedes OA - 2023	Orçamento 2023	49 000,00 €	-	-	-	-	-	-	49 000,00 €
Website Único - Content Management System	Orçamento 2023	40 590,00 €	-	-	-	-	-	-	40 590,00 €
Website Único - Migração e Criação de Bases de Dados	Orçamento 2023	46 740,00 €	-	-	-	-	-	-	46 740,00 €
Verba não alocada	Orçamento 2023	91 297,05 €	-	-	-	-	-	-	91 297,05 €
<b>TOTAL</b>		<b>1 452 127,05 €</b>	<b>674 338,43 €</b>	<b>298 305,03 €</b>	<b>183 906,46 €</b>	<b>399 984,89 €</b>	<b>388 752,11 €</b>	<b>972 643,46 €</b>	<b>777 788,62 €</b>

No ano de 2023, apurado à data de 31 de dezembro, os dados referentes aos Membros da OA resumem-se no seguinte quadro:

<u>Ordem dos Arquitectos</u>	<u>Exercício 2023</u>
<u>Membros com Inscrição Ativa</u>	<u>22073</u>
<u>Membros com Inscrição Suspensa</u>	<u>6037</u>
<u>Membros em Plano de Regularização de Quotas</u>	<u>112</u>
<u>Membros Isentos</u>	<u>381</u>
<u>Membros Honorários</u>	<u>35</u>
<u>Admissões – Candidaturas via Estágio</u>	<u>597</u>
<u>Admissões – Candidaturas Profissionais Outros Estados</u>	<u>89</u>
<u>Novos Membros – Aprovações Membros Efetivos</u>	<u>710</u>

Como referido anteriormente, o resultado líquido do período obtido foi **negativo** em **310.099,93€** (trezentos e dez mil, noventa e nove euros e noventa e três cêntimos).

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*Muitas das atividades realizadas no ano de 2023 foram realizadas em modo telemático e não em modo presencial. A modalidade telemática na maioria das situações permite uma redução de gastos face às atividades presenciais. O mesmo sucedeu com a representação institucional da OA nas instituições nacionais e internacionais em que se faz representar, tendo a maioria das reuniões e congressos ocorridos por videoconferência.*

*Regista-se uma diminuição do resultado líquido face ao ano anterior, consequência essencialmente do aumento das imparidades de dívidas a receber de clientes, cuja variação de 2022 para 2023 foi negativa em 496.386,14 € (quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e seis euros e catorze cêntimos).*

### **EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ORDEM DOS ARQUITECTOS**

*Considerando que os meios financeiros à persecução das atividades da Ordem são, na sua maioria, provenientes de quotização, importa garantir que a Metodologia de Cobrança de Quotas aprovada é efetivada pelas sete Secções Regionais, contribuindo para uma cobrança eficaz, num esforço transversal e ampliado à luz da nova orgânica institucional. A Metodologia de Cobrança de Quotas em vigor tem-se revelado eficaz apenas e só se for aplicada de forma continuada e sem interrupções.*

*A sustentabilidade financeira da OA tem sido assegurada, tal como em anos anteriores, pela premissa que as receitas estruturais (proveniente de quotas e taxas) suportam o regular funcionamento da instituição e cumprimento das atribuições estatutárias por parte dos Órgãos Sociais. Apenas os projetos de carácter transversal e estruturante, como são exemplo a Cédula Profissional, o Seguro de Responsabilidade Civil, o Portal dos Arquitectos ou o Observatório da Profissão.*

*O presente triénio caracterizou-se por um período de investimento, como são exemplo o Portal dos Arquitectos enquanto plataforma que responde às exigências legais do Balcão Único e que deverá responder às exigências ditadas*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



*pela Agência da Modernização Administrativa, o Website único, a modernização de softwares de gestão e atualização do parque informático da OA, bem como o equipar das Sedes da Ordem dos Arquitectos.*

*Tal como já havia sido referido no Relatório e Contas dos últimos anos, deverá a direção da OA ponderar, com brevidade, sobre o valor da quota anual da OA e os serviços a esta associados. De 2004 até hoje, os serviços prestados pela OA têm vindo a aumentar seja em quantidade como em qualidade. O Regulamento de Quotas em vigor desde 2017 prevê no n.º 3 do artigo 1.º que "sempre que num ano económico não seja apresentada pelo Conselho Directivo Nacional quer o valor da quota quer a percentagem da quotização a atribuir aos diversos conselhos diretivos, manter-se-á a anterior sem prejuízo do valor da quota se entender automaticamente atualizado de acordo com o Índice de Preços do Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística." Desde a entrada em vigor do Regulamento de Quotas até à presente data que o automatismo de atualização previsto não tem sido aplicado. Considera a atual direção que o referido automatismo deverá começar a ser aplicado com a máxima urgência.*

*Paralelamente, deverá a Ordem dos Arquitectos rever a sua Tabela de Taxas adequando-a e atualizando-a aos atuais custos diretos e indiretos dos serviços prestados.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



### **AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ORDEM E OS SEUS DIRETORES**

*Não se verificaram quaisquer negócios entre a Ordem e os seus Directores.*

### **SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL**

*O Conselho Directivo Nacional informa que a Ordem dos Arquitectos não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 177º-A do CPPT.*

*Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, o Conselho Directivo Nacional informa que a situação da Ordem dos Arquitectos perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.*

### **GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

*A Ordem não utilizou instrumentos financeiros na sua atividade, incluindo instrumentos de cobertura. Desta forma, a Ordem não está sujeita a riscos significativos de preço, crédito, liquidez e fluxos de caixa relacionados com a utilização de instrumentos financeiros.*

### **EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS**

*A Ordem dos Arquitectos é composta pela Secção Regional Norte, Secção Regional Centro, Secção Regional Lisboa e Vale do Tejo, Secção Regional Alentejo, Secção Regional Algarve, Secção Regional Madeira e Secção Regional Açores.*

## CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt  
F: +351 213 241 101



## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Diretivo Nacional propõe que o resultado **negativo** no montante de **310.099,93€** (trezentos e dez mil, noventa e nove euros e noventa e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

– Afetar a sua totalidade para **Resultados Transitados**.

## 7. NOTA FINAL

Este Relatório e Contas referente a um exercício completo considerando a orgânica institucional com sete Secções Regionais e uma presença efetiva em todo o território. Presença essa que se traduz diariamente nos serviços prestados aos membros, na atuação política na defesa, regulação e promoção da Arquitetura.

Um agradecimento à direção nacional e às sete direções regionais, nomeadamente aos sete Tesoureiros dos Conselhos Diretivos Regionais quer dos mandatos que entretanto cessaram funções quer aqueles que iniciaram o novo mandato cumprindo o ultimo trimestre do ano de 2023, pela disponibilidade, empenho e compromisso na procura de soluções para uma gestão justa e equilibrada da Ordem dos Arquitectos, a par com todos os funcionários e assessores dos Serviços e Administrativos e Financeiros da OA, pela dedicação e apoio na elaboração destes instrumentos de gestão e por diariamente aceitarem o desafio de refundar a Ordem dos Arquitectos.

Lisboa, 3 de junho de 2024

**Avelino José Pinto de Oliveira**  
Presidente do Conselho Diretivo Nacional

**António Laúndes**  
Tesoureiro do Conselho Diretivo Nacional

**AVELINO JOSE PINTO DE OLIVEIRA**  
Assinado de forma digital por AVELINO JOSE PINTO DE OLIVEIRA  
Dados: 2024.06.27 12:05:18 +01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAÚNDES**  
Num. de Identificação: 08550226  
Data: 2024.06.27 12:21:15+01'00'  
Certificado por: **Ordem dos Arquitectos**  
Atributos certificados: **Arquiteto da Ordem dos Arquitectos**



# **RELATÓRIO CONTAS 2023**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ordem dos Arquitectos**

**EXERCÍCIO 2023**

**Ordem dos Arquitectos**  
**Demonstrações Financeiras**  
**Período 2023**

## *Índice*

### **Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022**

• Balanços em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	4
• Demonstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	5
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023.....	7
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Ativos fixos tangíveis.....	14
5. Ativos intangíveis.....	15
6. Inventários.....	16
7. Clientes.....	16
8. Estado e outros entes públicos.....	17
9. Outras contas a receber.....	17
10. Diferimentos.....	17
11. Caixa e depósitos bancários.....	18
12. Provisões.....	18
13. Financiamentos obtidos.....	18
14. Outras contas a pagar.....	19
15. Fornecedores.....	19
16. Vendas e prestações de serviços.....	19
17. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	20
18. Fornecimentos e serviços externos.....	20
19. Gastos com o pessoal.....	20
20. Outros rendimentos e ganhos.....	21
21. Outros gastos e perdas.....	21
22. Resultados financeiros.....	21
23. Subsídios.....	21
24. Fundos Patrimoniais e Reserva.....	22
25. Eventos subsequentes.....	22
26. Informações exigidas por diplomas legais.....	22

**Demonstrações Financeiras**  
**para o período findo em 31 de Dezembro de 2023**

**Ordem dos Arquitectos**  
**Balances em 31 de Dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez23	31.Dez22
<b>Activo</b>			
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	2 044 420,11	2 166 307,92
Activos intangíveis	5	401 067,59	239 307,56
Total do Activo Não Corrente		2 445 487,70	2 405 615,48
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	6/17	27 079,60	27 079,60
Clientes	7	904 791,14	1 074 922,68
Estado e outros entes públicos	8	30 189,75	26 239,60
Outros créditos a receber	9	31 510,34	12 825,02
Diferimentos	10	22 572,92	28 008,25
Outros activos correntes	11	48 248,98	46 354,98
Caixa e depósitos bancários	11	3 456 670,31	3 858 527,28
Total do Activo Corrente		4 521 063,04	5 073 957,41
Total do Activo		6 966 550,74	7 479 572,89
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Outras reservas	24	1 299 853,41	1 283 401,59
Resultados transitados	24	3 757 944,56	3 596 231,54
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	24	1 338 929,23	1 444 135,03
Resultado líquido do período		(310 099,93)	178 164,84
Total de Fundos Patrimoniais		6 086 627,27	6 501 933,00
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	12	195 000,00	195 000,00
Financiamentos obtidos	13	105 333,63	138 600,46
Total do Passivo Não Corrente		300 333,63	333 600,46
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	15	165 942,60	156 314,94
Estado e outros entes públicos	8	58 095,15	78 023,27
Financiamento obtidos	13	34 633,01	31 906,87
Outras dívidas a pagar	14	320 919,08	377 794,35
Total do Passivo Corrente		579 589,84	644 039,43
Total do Passivo		879 923,47	977 639,89
Total de Fundos Patrimoniais e do Passivo		6 966 550,74	7 479 572,89

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 18 de Junho de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Assinado por: **PAULO JOSÉ NICOLAU DA LUZ**

Num. de Identificação: 08192902

Data: 2024.06.27 11:56:09+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

**Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 23628**



**AVELINO JOSE  
PINTO DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por  
**AVELINO JOSE PINTO DE OLIVEIRA**  
Dados: 2024.06.27 14:18:15 +01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAÚNDES**

Num. de Identificação: 08550226

Data: 2024.06.27 14:43:36+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Arquitectos**

Atributos certificados: **Arquiteto da Ordem dos Arquitectos**



## Ordem dos Arquitectos

### Demonstrações dos Resultados Períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez23	31.Dez22	
Vendas e serviços prestados	16	4 621 066,47	4 474 135,40	+
Subsídio a Exploração	23	160 918,91	30 389,71	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(36 883,56)	(22 985,59)	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(2 342 566,81)	(2 025 963,17)	-
Gastos com o pessoal	19	(2 166 951,17)	(2 203 020,88)	-
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	7	(370 409,84)	125 976,30	-/+
Provisões	12		(8 000,00)	
Outros rendimentos	20	271 694,77	235 869,85	+
Outros gastos	21	(274 094,74)	(263 875,33)	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		(137 225,97)	342 526,29	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(165 184,72)	(159 953,71)	-/+
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		(302 410,69)	182 572,58	=
Juros e rendimentos similares obtidos	22	1 894,00	47,11	+
Juros e gastos similares suportados	22	(6 549,52)	(1 134,23)	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		(307 066,21)	181 485,46	=
Imposto sobre o rendimento do período		(3 033,72)	(3 320,62)	-/+
<b>Resultado líquido do período</b>		(310 099,93)	178 164,84	=

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 18 de Junho de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **PAULO JOSÉ NICOLAU DA LUZ**  
Num. de Identificação: 08192902  
Data: 2024.06.27 11:58:01+01'00'  
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas  
Certificados**  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 23628**



CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

**AVELINO JOSE  
PINTO DE  
OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por  
AVELINO JOSE PINTO DE  
OLIVEIRA  
Dados: 2024.06.27 14:19:04  
+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAÚNDES**  
Num. de Identificação: 08550226  
Data: 2024.06.27 14:44:47+01'00'  
Certificado por: **Ordem dos Arquitectos**  
Atributos certificados: **Arquiteto da Ordem dos Arquitectos**



**Ordem dos Arquitectos**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez23</u>	<u>31.Dez22</u>	
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>				
Recebimentos de clientes		4 888 825,19	4 958 611,00	+
Pagamentos a fornecedores		(2 749 334,22)	(2 275 721,75)	-
Pagamentos ao pessoal		(2 141 583,75)	(2 149 663,10)	+/-
Caixa gerada pelas operações		<u>(2 092,78)</u>	<u>533 226,15</u>	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 320,23)	(2 172,56)	+/-
Outros recebimentos/pagamentos		(281 474,21)	(318 511,69)	+/-
		<u>(286 887,22)</u>	<u>212 541,90</u>	+/-
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>				
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(13 236,50)	(23 424,60)	-
Activos intangíveis		(193 755,75)	(119 663,28)	-
		<u>(206 992,25)</u>	<u>(143 087,88)</u>	-
Recebimentos provenientes de:				
Juros e rendimentos similares			36,25	+
		-	36,25	+/-
		<u>(206 992,25)</u>	<u>(143 051,63)</u>	-
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>				
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios		160 918,91		-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(31 341,54)	(31 906,87)	-
Juros e gastos similares		(35 660,87)	(26 890,90)	-
		<u>93 916,50</u>	<u>(58 797,77)</u>	+/-
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>				
		<u>93 916,50</u>	<u>(58 797,77)</u>	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u>(399 962,97)</u>	<u>10 692,50</u>	+/-
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		-	-	+/-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<u>3 904 882,26</u>	<u>3 894 189,76</u>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<u>3 504 919,29</u>	<u>3 904 882,26</u>	

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 18 de Junho de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Assinado por: **PAULO JOSÉ NICOLAU DA LUZ**  
 Num. de Identificação: 08192902  
 Data: 2024.06.27 11:59:02+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 23628**



**AVELINO JOSE**  
**PINTO DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por  
 AVELINO JOSE PINTO DE OLIVEIRA  
 Dados: 2024.06.27 14:19:59 +01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAÚNDES**  
 Num. de Identificação: 08550226  
 Data: 2024.06.27 14:45:36+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Arquitectos**  
 Atributos certificados: **Arquiteto da Ordem dos Arquitectos**



## Ordem dos Arquitectos

### Demonstração de Alterações de Fundos Patrimoniais - Período de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Fundo de Reserva	Resultado líquido do período	Total de Fundos Patrimoniais
<b>Posição no Início do Período de 2022</b>	1	522.064,79	3.377.355,69	1.549.340,83	217.691,39	762.521,26	6.428.973,96
Alterações no período							
Aplicação do Resultado Líquido de 2021	2	-	305.008,50		457.512,76	(762.521,26)	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3					178.164,84	178.164,84
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3		(670.024,00)		670.024,00	178.164,84	178.164,84
Dotação do Fundo de Reserva			583.891,35	(105.205,80)	(583.891,35)		
Utilização do Fundo de Reserva	17		(86.132,65)	(105.205,80)	86.132,65		(105.205,80)
Imputação sistemática de subsídios para o investimento	5						
<b>Posição no Fim do Período de 2022</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	522.064,79	3.596.231,54	1.444.135,03	761.336,80	178.164,84	6.501.933,00

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 18 de Junho de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **PAULO JOSÉ NICOLAU DA LUZ**  
 Num. de identificação: 08192902  
 Data: 2024.06.27 12:01:19+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas  
 Certificados**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 23628**



ORDEN  
DOS CONTABILISTAS  
CERTIFICADOS

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAUNDES**

Num. de identificação: 08550226  
 Data: 2024.06.27 14:46:59+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Arquitectos**  
 Atributos certificados: **Arquiteto da Ordem dos Arquitectos**



CARTÃO DE CIDADÃO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Assinado de forma digital por  
**AVELINO JOSE PINTO DE OLIVEIRA**  
 Dados: 2024.06.27 14:21:51  
**PINTO DE OLIVEIRA**  
 +01'00'

## Ordem dos Arquitectos

### Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

#### 1. Nota introdutória

A Ordem dos Arquitectos., foi constituída em 1998, tem a sua sede na Travessa do Carvalho, nº 23 em Lisboa. A Associação tem como atividade principal promover e defender a arquitetura dentro e fora de fronteiras, bem como representar todos quantos exercem a profissão de Arquitectos em Portugal.

É do entendimento do Conselho Directivo Nacional que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o modelo de demonstrações financeiras para as Entidades do Sector Não Lucrativo, conforme disposto no Decreto-Lei nº 220/2015, de 24 de julho. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o regime da normalização das NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Ordem, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Directivo Nacional, e nas suas melhores expectativas sem relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações de fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho Directivo Nacional, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, de fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do NCRF-ESNL.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

#### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

##### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Conselho Directivo Nacional formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.16 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções 25 a 50 Anos

Equipamento básico 4 a 10 Anos

Equipamento de transporte 3 a 10 Anos

Equipamento administrativo 3 a 10 Anos

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

### 3.4. Imparidades

A Ordem realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Ordem avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.5. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Ordem. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Ordem; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito proveniente das quotas é reconhecido pela emissão das mesmas, independentemente do momento em que são pagas pelos associados.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

### 3.6. Instrumentos financeiros

#### Cientes

As rubricas de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber (não associados) são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber (associados) são registadas segundo um critério sob o qual a Ordem considera o que melhor representa a recuperabilidade dos saldos, em face da informação histórica em relação às cobranças.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

#### Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

### 3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### 3.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

### 3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nas tributações autónomas da Ordem.

A Ordem não se encontra sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), pois trata-se de uma entidade sem fins lucrativos.

### 3.10. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo das vendas é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

As perdas por imparidade dos inventários são registadas em função da rotação e obsolescência dos produtos sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são transacionáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de inventários”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.11. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### 3.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.13. Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

**3.14. Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

**3.15. Acontecimentos após a data de balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

**3.16. Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Ordem e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Ordem, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho Diretivo Nacional considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Ordem e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

**4. Ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2023				
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Depreciações	Abates/Alienacões	Saldo em 31-Dez-23
<b>Custo:</b>				
Terrenos e recursos naturais	143 047,49			143 047,49
Edifícios e outras construções	4 050 488,33			4 050 488,33
Equipamento básico	264 447,59			264 447,59
Equipamento administrativo	980 684,90	1 841,62	(1 503,27)	981 023,25
Outros activos fixos tangíveis	48 980,90			48 980,90
Investimentos em curso	37 933,33	11 271,12		49 204,45
	<u>5 525 582,54</u>	<u>13 112,74</u>	<u>(1 503,27)</u>	<u>5 537 192,01</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	(2 126 440,68)	(108 145,41)		(2 234 586,09)
Equipamento básico	(244 204,51)	(15 893,15)		(260 097,66)
Equipamento administrativo	(940 794,28)	(10 720,73)	1 503,27	(950 011,74)
Outros activos fixos tangíveis	(47 835,15)	(241,26)		(48 076,41)
	<u>(3 359 274,62)</u>	<u>(135 000,55)</u>	<u>1 503,27</u>	<u>(3 492 771,90)</u>
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>				
Terrenos e recursos naturais				143 047,49
Edifícios e outras construções				1 815 902,24
Equipamento básico				4 349,93
Equipamento administrativo				31 011,51
Outros activos fixos tangíveis				904,49
Investimentos em curso				49 204,45
				<u>2 044 420,11</u>

31 de Dezembro de 2022			
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31-Dez-22
<b>Custo:</b>			
Terrenos e recursos naturais	143 047,49		143 047,49
Edifícios e outras construções	4 050 488,33		4 050 488,33
Equipamento básico	264 447,59		264 447,59
Equipamento administrativo	972 025,55	8 659,35	980 684,90
Outros activos fixos tangíveis	48 980,90		48 980,90
Investimentos em curso	19 621,33	18 312,00	37 933,33
	<u>5 498 611,19</u>	<u>26 971,35</u>	<u>5 525 582,54</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Edifícios e outras construções	(2 018 169,39)	(108 271,29)	(2 126 440,68)
Equipamento básico	(227 073,73)	(17 130,78)	(244 204,51)
Equipamento administrativo	(931 234,08)	(9 560,20)	(940 794,28)
Outros activos fixos tangíveis	(47 593,89)	(241,26)	(47 835,15)
	<u>(3 224 071,09)</u>	<u>(135 203,53)</u>	<u>(3 359 274,62)</u>
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>			
Terrenos e recursos naturais			143 047,49
Edifícios e outras construções			1 924 047,65
Equipamento básico			20 243,08
Equipamento administrativo			39 890,62
Outros activos fixos tangíveis			1 145,75
Investimentos em curso			37 933,33
			<u>2 166 307,92</u>

**Ordem dos Arquitectos**  
**Demonstrações Financeiras**  
**31 de Dezembro de 2023**

**5. Ativos intangíveis**

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	<b>31 de Dezembro de 2023</b>		
	<b>Saldo em 01-Jan-23</b>	<b>Aquisições / Depreciações</b>	<b>Saldo em 31-Dez-23</b>
<b>Custo</b>			
Software	463 813,61		463 813,61
Projectos de Desenvolvimento	-	65 214,35	65 214,35
Activo em curso	200 427,85	126 729,85	327 157,70
	<b>664 241,46</b>	<b>191 944,20</b>	<b>856 185,66</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Software	(424 933,90)	(24 750,18)	(449 684,08)
Projectos de Desenvolvimento	-	(5 433,99)	(5 433,99)
	<b>(424 933,90)</b>	<b>(30 184,17)</b>	<b>(455 118,07)</b>
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>			
Software			14 129,53
Projectos de Desenvolvimento			59 780,36
Activo em curso			327 157,70
			<b>401 067,59</b>

	<b>31 de Dezembro de 2022</b>		
	<b>Saldo em 01-Jan-22</b>	<b>Aquisições / Depreciações</b>	<b>Saldo em 31-Dez-22</b>
<b>Custo</b>			
Software	453 330,33	10 483,28	463 813,61
Activo em curso	92 142,89	108 284,96	200 427,85
	<b>545 473,22</b>	<b>118 768,24</b>	<b>664 241,46</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Software	(400 183,72)	(24 750,18)	(424 933,90)
	<b>(400 183,72)</b>	<b>(24 750,18)</b>	<b>(424 933,90)</b>
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>			
Software			38 879,71
Activo em curso			200 427,85
			<b>239 307,56</b>

**6. Inventários**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Mercadorias	27 079,60	76 850,56
Utilização de Imparidades	-	(49 770,96)
	<b>27 079,60</b>	<b>27 079,60</b>

**7. Clientes**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
	<b>Corrente</b>	<b>Corrente</b>
<b>Clientes</b>		
Clientes Conta Corrente	2 152 416,22	1 952 137,92
Perdas por Imparidades acumuladas	(1 247 625,08)	(877 215,24)
Valor Líquido	<b>904 791,14</b>	<b>1 074 922,68</b>

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

<b>Perdas por imparidades</b>	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Saldo Inicial	877 215,24	1 003 191,54
Reforço de Imparidades	370 409,84	6 316,24
Reversão de Imparidades	-	(132 292,54)
	370 409,84	(125 976,30)
Outros Ajustamentos		
Saldo Final	<b>1 247 625,08</b>	<b>877 215,24</b>

**8. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	29 460,84	25 598,19
Retenção na fonte	728,91 €	641,41
	<u><b>30 189,75</b></u>	<u><b>26 239,60</b></u>
<b>Passivo</b>		
IRC	3 033,72	3 319,47
Retenções na Fonte	20 789,89	28 299,61
Segurança Social	34 271,54	46 404,19
	<u><b>58 095,15</b></u>	<u><b>78 023,27</b></u>

**9. Outros créditos a receber**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	3 934,95	2 578,55
Adiantamentos de Fornecedores	4 228,83	
Outros	23 346,56	10 246,47
	<u><b>31 510,34</b></u>	<u><b>12 825,02</b></u>
	<u><b>31 510,34</b></u>	<u><b>12 825,02</b></u>

**10. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo foram como segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
<b>Diferimentos (Activo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	3 769,05	3 713,14
Outros gastos a reconhecer	18 803,87	24 295,11
	<u><b>22 572,92</b></u>	<u><b>28 008,25</b></u>

### 11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Caixa	6 561,54	10 448,73
Depósitos bancários	3 450 108,77	3 848 078,55
	<b>3 456 670,31</b>	<b>3 858 527,28</b>
Instrumentos Financeiros	48 248,98	46 354,98
	<b>3 504 919,29</b>	<b>3 904 882,26</b>

### 12. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi o seguinte:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Saldo a 1 de Janeiro	195 000,00	187 000,00
Reforço de Provisão		8 000,00
Saldo a 31 de Dezembro	<b>195 000,00</b>	<b>195 000,00</b>

Em 31 de Dezembro de 2023, a Ordem tinha registado na rubrica de provisões para riscos e encargos o montante de 195.000 euros, para fazer face a processos judiciais interpostos em 2005 e 2006, por alunos da Universidade Fernando Pessoa e da Universidade do Algarve, contra a Ordem dos Arquitectos, relacionados com o não reconhecimento de curso ministrado de arquitetura. O Conselho Diretivo Nacional da Ordem consubstanciado com a informação do Advogado da Ordem, considera a adequado o montante de 195.000 Euros, para fazer face a eventuais responsabilidades e contingências que devessem estar refletidas nas demonstrações financeiras naquela data.

### 13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<b>31-Dez-23</b>		<b>31-Dez-22</b>	
	<b>Não corrente</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Corrente</b>
Empréstimos bancários m.lprazo (i)	105 333,63	33 683,06	138 600,46	31 906,87
Outros empréstimos (ii)	-	949,95	-	65,88
	<b>105 333,63</b>	<b>34 633,01</b>	<b>138 600,46</b>	<b>31 972,75</b>

(i) corresponde a um empréstimo contraído em 2002, sob a forma de um mútuo com hipoteca para financiamento da aquisição e obras de beneficiação dos prédios adquiridos para a nova Sede da SRN.

(ii) Inclui as rubricas dos cartões de crédito e depósitos à ordem com saldos credores.

**14. Outras dívidas a pagar**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
	<b>Corrente</b>	<b>Corrente</b>
Remunerações a liquidar	191 036,42	195 027,22
Adiantamento de Clientes	105 601,24	-
Acréscimos de custos	-	13 193,52
Pessoal	-	1 467,25
Outras dívidas a pagar	24 281,42	168 106,36
	<b>320 919,08</b>	<b>377 794,35</b>

**15. Fornecedores**

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<b>31-Dez-23</b>	<b>31-Dez-22</b>
Fornecedores conta corrente	165 942,60	156 314,94
	<b>165 942,60</b>	<b>156 314,94</b>

**16. Vendas e prestações de serviços**

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2023 e de 2022 foram como segue:

	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
	<b>Mercado Interno</b>	<b>Total</b>	<b>Mercado Interno</b>	<b>Total</b>
Vendas de bens	25 330,13	25 330,13	10 722,78	10 722,78
Prestações de serviços	4 595 736,34	4 595 736,34	4 463 412,62	4 463 412,62
	<b>4 621 066,47</b>	<b>4 621 066,47</b>	<b>4 474 135,40</b>	<b>4 474 135,40</b>

**17. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos períodos de 2023 e de 2022, é detalhado como segue:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Mercadorias</u>	<u>Total</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 1 de Janeiro	27 079,60	27 079,60	33 988,55	33 988,55
Compras	36 883,56	36 883,56	16 076,64	16 076,64
Custo de vendas	(36 883,56)	(36 883,56)	(22 985,59)	(22 985,59)
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>27 079,60</u>	<u>27 079,60</u>	<u>27 079,60</u>	<u>27 079,60</u>

**18. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subcontratos	73 940,40	61 075,04
Serviços especializados	1 304 835,20	1 173 846,70
Materiais	153 608,96	159 686,93
Energia e fluídos	38 386,99	43 651,45
Deslocações, estadas e transportes	243 594,42	102 283,81
Rendas e alugueres	110 245,31	81 151,29
Comunicação	63 966,75	82 812,48
Seguros	167 028,99	214 777,39
Contencioso e notariado	1 545,00	3 271,00
Despesas de representação	3 060,00	810,66
Limpeza, higiene e conforto	55 882,05	46 187,66
Outros serviços	126 472,74	56 408,76
	<u>2 342 566,81</u>	<u>2 025 963,17</u>

**19. Gastos com o pessoal**

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações dos órgãos sociais	569 182,03	589 869,68
Remunerações do pessoal	1 194 557,96	1 176 595,36
Indemnizações	800,00	49 316,45
Encargos sobre remunerações	351 761,01	346 901,21
Seguros	8 234,75	7 390,64
Gastos de acção social	38 611,71	30 639,61
Outros gastos com pessoal	3 803,71	2 307,93
	<u>2 166 951,17</u>	<u>2 203 020,88</u>

O número médio de empregados da Associação no período de 2023 foi de 108 e no período de 2022 foi de 108.

**20. Outros rendimentos**

Os outros rendimentos, nos períodos de 2023 e de 2022, foram como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Rendimentos suplementares	162 545,57	127 370,36
Descontos de pronto pagamento obtidos		5,84
Subsídios ao Investimento	105 205,80	105 205,80
Outros rendimentos e ganhos	3 943,40	3 287,85
	<b>271 694,77</b>	<b>235 869,85</b>

**21. Outros gastos**

Os outros gastos, nos períodos de 2023 e de 2022, foram como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Impostos	7 492,38	4 587,37
Descontos de pronto pagamento concedidos	223 502,37	212 438,91
Outros gastos	43 099,95	46 849,05
	<b>274 094,70</b>	<b>263 875,33</b>

**22. Resultados financeiros**

Os resultados financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1 894,00	47,11
	<b>1 894,00</b>	<b>47,11</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6 549,52	1 134,23
	<b>6 549,52</b>	<b>1 134,23</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(4 655,52)</b>	<b>(1 087,12)</b>

**23. Subsídios à exploração**

Os subsídios exploração, nos períodos de 2023 e de 2022, foram com segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fundo Ambiental	106 000,00	25 925,51
Subsídio Mobilidade	4 918,91	1 194,20
RAA Drot	-	3 270,00
Apoio Congresso	50 000,00	-
	<b>160 918,91</b>	<b>30 389,71</b>

<b>Entidades Públicas</b>	<b>Valor</b>
Município da Ribeira Grande	5 000,00
Região Autónoma dos Açores	30 000,00
Município de Ponta Delgada	15 000,00
	<b>50 000,00</b>

Os apoios recebidos do Congresso destinaram-se à comparticipação dos custos associados do 16º Congresso dos Arquitectos que realizou de 2 a 4 de Março de 2023 em Ponta Delgada.

O Subsídio do Fundo Ambiental tem por finalidade apoiar um programa intitulado como “Paisagens e Arquitetura Sustentáveis” que tem como objetivo defender e implementar uma estratégia de educação para a Arquitetura e para a Paisagem, que envolva escolas e centros educativos.

O Subsídio de Mobilidade é um apoio referente às viagens efetuadas entre o Continente e as Ilhas.

#### **24. Fundos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Fundos patrimoniais” tinha a seguinte composição:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Outras Reservas	1 299 853,41	1 283 401,59
Resultados transitados	3 757 944,56	3 596 231,54
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 338 929,23	1 444 135,03
Resultado líquido do período	(310 099,93)	178 164,84
	<b>6 086 627,27</b>	<b>6 501 933,00</b>

#### **25. Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

#### **26. Informações exigidas por diplomas legais**

O Conselho Diretivo Nacional informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do **nos** termos do artigo 177º-A do CPPT.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, o Conselho Diretivo Nacional informa que a situação da Associação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Assinado por **PAULO JOSÉ NICOLAU DA LUZ**  
Num. de Identificação: 08192902  
Data: 2024.06.27 12:06:11+01'00'  
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados**  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 23628**



**AVELINO JOSE**  
**PINTO DE**  
**OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por  
AVELINO JOSE PINTO DE  
OLIVEIRA  
Dados: 2024.06.27 14:48:17+01'00'

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL CALDAS LAUNDES**  
Num. de Identificação: 08550226  
Data: 2024.06.27 14:48:17+01'00'